



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

ATA N.º 262/CNE/XV

Tc:4

No dia vinte e cinco de julho de dois mil e dezanove teve lugar a reunião número duzentos e sessenta e dois da Comissão Nacional de Eleições, na sala 2 das comissões parlamentares da Assembleia da República, no Palácio de S. Bento, em Lisboa, sob a presidência do Senhor Juiz Conselheiro José Vítor Soreto de Barros e com a presença dos Senhores Drs. Francisco José Martins, José Manuel Mesquita, Carla Luís, Mário Miranda Duarte e Paulo Cabral Taipa.

A reunião teve início às 14 horas e 30 minutos e foi secretariada por mim, Paulo Cabral Taipa, em substituição do Secretário da Comissão. -----

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu nota de que esteve presente no lançamento do livro “Valorizar os Portugueses no Mundo” de José Luís Carneiro, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, no passado dia 22 de julho na Biblioteca da INCM. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Atas

2.01 - Deliberações - Artigo 5.º do Regimento da CNE (Casos urgentes)

- a. PPD/PSD | Pedido de parecer | Publicidade comercial (após a marcação da eleição ALRAM) - Processo AR.P-PP/2019/4 (*Deliberação de 23 de julho*)

Para os efeitos previstos no artigo 5.º do Regimento, a Comissão tomou conhecimento da correspondência eletrónica trocada, que serve como ata aprovada e que consta em anexo à presente ata, através da qual deliberou, por

Tc/2
K-1

maioria, com os votos contra dos Senhores Drs. João Tiago Machado, João Almeida e Álvaro Saraiva e a abstenção da Senhora Dr.^a Carla Luís, o seguinte: -

«O PPD/PSD veio solicitar parecer desta Comissão sobre a possibilidade de um eventual candidato à eleição dos deputados à Assembleia da República fazer propaganda política através dos meios de publicidade comercial, tendo já sido publicado o decreto do Presidente da República que fixa a data da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

O artigo 76.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira prevê uma proibição de realização de propaganda política feita, direta ou indiretamente, através dos meios de publicidade comercial, a partir da publicação do decreto que marque a data da eleição. No caso em apreço, a data da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira foi fixada através do Decreto do Presidente da República n.º 42-A/2019, de 18 de julho.

O objetivo da presente proibição é o de impedir que, através da compra de espaços ou serviços por parte das forças políticas, se introduza um fator de desigualdade entre elas, decorrente das diferentes disponibilidades financeiras. Deste modo, importa aferir se, nas situações concretas, as mensagens de propaganda política publicitadas através de meios de publicidade comercial são ou não dirigidas à eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Madeira e, como tal, suscetíveis de influenciar a formação da vontade dos eleitores na eleição em causa.

Ora, a propaganda política e eleitoral de um candidato à eleição dos deputados à Assembleia da República, realizada através de meios de publicidade comercial, dirigida, em concreto, a esta eleição não se insere no âmbito da proibição constante do referido artigo 76.º, na medida em que não é suscetível de influenciar a vontade do eleitorado da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.» -----

Pronunciaram-se todos os Membros. -----

O Senhor Dr. Sérgio Gomes da Silva apresentou a seguinte declaração de voto: -

«Afigura-se-me que o sistema jurídico nacional aponta para a designada “proibição relativa”. Lembre-se, aliás e como a CNE bem costuma salientar, que as restrições à

Tc: / -

liberdade de expressão só são permitidas quando expressamente previstas na Lei e apenas com a extensão indispensável para que se alcance o resultado que as justificam.

No mesmo sentido, “mutatis mutandis”, aponta a linha de fundamentação constante do Acórdão n.º 254/2019 do Tribunal Constitucional ao estabelecer que só é proibida a publicidade institucional que possa influenciar a eleição em curso. Do mesmo modo, deverá entender-se que só deve ser proibida a propaganda política que recorre a suportes comerciais quando seja suscetível de (demonstradamente) influenciar o resultado da eleição em causa.» -----

Os Senhores Drs. José Manuel Mesquita e Paulo Cabral Taipa subscreveram a declaração apresentada pelo Dr. Sérgio Gomes da Silva. -----

O Senhor Dr. João Almeida apresentou a seguinte declaração de voto: -----

«Antes de mais, uma reserva: este é, tão só e na minha opinião, o quadro genérico que deve presidir à apreciação dos factos e situações concretas que sejam suscitados perante esta Comissão – a vontade da CNE só se perfaz perante esses factos e situações concretas.

Quanto ao alcance da norma é bom notar que, no plano subjetivo, ele transcende o estrito domínio das candidaturas e mesmo dos seus proponentes – a proibição é universal.

Objetivamente, por outro lado, a natureza absoluta da proibição significa que, relativamente a determinado ato ou comportamento que configure propaganda política feita com recurso a meios de publicidade comercial, não carece de demonstração a sua efetiva ligação a um determinado ato eleitoral ou, mais abstratamente, a possibilidade de influenciar a opção dos eleitores.

Mas não impede que, ao contrário, as circunstâncias concretas em que tal ato ou comportamento se conformaram conduza à conclusão de que, embora não seja desejável, tal comportamento ou ato não teve o propósito nem utilizou os meios adequados a produzir o efeito que a lei pretende impedir.

À resposta à questão colocada acrescentaria eu, a título de exemplo, que o anúncio pago da putativa candidatura de um cidadão (ainda não há candidatos à Assembleia da

Tick

República, creio) geralmente conhecido e reconhecido no distrito de Bragança, p. ex., e, a bem dizer, um ilustre desconhecido na RA da Madeira, publicado no “Mensageiro de Bragança” que, creio, não é distribuído na RA, apenas se encontraria abrangido pela proibição se, contra todas as expectativas, ocorresse uma distribuição relevante desta publicação no território da Região.» -----

b. Processos sobre “Neutralidade e Imparcialidade das Entidades Públicas” e “Publicidade Institucional” (Deliberações de 24 de julho):

Para os efeitos previstos no artigo 5.º do Regimento, a Comissão tomou conhecimento da correspondência eletrónica trocada, que serve como ata aprovada e que consta em anexo à presente ata, através da qual deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Drs. Carla Luís, João Tiago Machado, João Almeida e Álvaro Saraiva e a abstenção do Senhor Dr. Francisco José Martins, o que a seguir se transcreve, por processo. -----

Pronunciaram-se todos os Membros. -----

O Senhor Dr. Sérgio Gomes da Silva apresentou a seguinte declaração: -----

«O n.º 4 do art. 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional, não se aplicando a outras formas de comunicação das entidades públicas que não revistam tal natureza. Na maior parte dos processos em apreço, não resulta inequívoco que as comunicações em causa constituam publicidade institucional, pois não ficou minimamente demonstrado que estão preenchidos todos os requisitos desta figura jurídica. Em nosso entender, está razão aconselha a que se proceda ao arquivamento dos processos em que tal sucede.

Nos casos em que se entenda que não há dúvida que se está perante publicidade institucional, haverá que saber se a norma em apreço se aplica a órgãos e entidades que não apresentam qualquer ligação, mesmo que indireta, com a eleição em curso, sendo certo que os Governos Regionais, as Autarquias Locais e o Conselho Médico da Ordem na Região Autónoma da Madeira não estão, mesmo que indiretamente, em causa nas eleições para o Parlamento Europeu.

Tc/4

Têm sido muitos os pronunciamentos no sentido de entender que a resposta à questão anterior é, evidentemente, negativa. Pela nossa parte, não nos vamos pronunciar quanto à resposta àquela questão, pois a nosso ver, mesmo que se considere que tal sucede, isto é, caso se considere que a norma em causa se aplica a órgãos e entidades que não apresentam qualquer ligação com a eleição em curso, sempre se terá de atender à circunstância de a suposta infração não ser suscetível de ofender o bem jurídico que se pretende proteger, nas situações em apreço, a igualdade de oportunidades das candidaturas às eleições para o Parlamento Europeu.

Note-se, aliás, que:

- As mensagens objeto das comunicações têm caráter puramente local;*
- Não foi por qualquer forma minimamente demonstrado qualquer benefício para qualquer das candidaturas à eleição.*

Tais circunstâncias evidenciam que se tratam de disputas de natureza local, nada tendo a ver com as eleições para o Parlamento Europeu e que a invocação da norma que proíbe a publicidade institucional em período eleitoral mais não é que uma tentativa de envolver a CNE em disputas às quais deve ser alheia. Não é papel da CNE ou de quaisquer autoridades que têm por missão garantir a regularidade dos processos eleitorais arbitrarem conflitos ou disputas políticas que não têm relação com o processo eleitoral em curso.

Assim, ainda que se entenda que se está perante publicidade institucional e que no decurso do período eleitoral para o Parlamento Europeu a norma em apreço se aplica aos Governos Regionais, às Autarquias Locais e à Ordem dos Médicos, entidades que não contribuem para aquelas eleições e de cujo resultado não sofrem consequências, sempre se há de conceder que as comunicações que servem de pretexto às queixas não são suscetíveis de ofender o bem jurídico que se visa proteger.

Acresce que, proceder à aplicação da norma que proíbe a publicidade institucional em período eleitoral a casos que não constituem publicidade institucional ou em que constituindo não estão no âmbito das situações que esta regra pretende acautelar, remeteria as entidades públicas para um “apagão”, impedindo-as de prosseguirem com o

Talk

seu funcionamento regular e de cumprirem os seus deveres de transparência e de Informação aos cidadãos. Na medida em que a comunicação constitui parte incindível de muitas das atividades da Administração Pública, devem as restrições neste domínio ser as mínimas indispensáveis e necessárias para garantir o respeito de bens jurídicos de ordem superior. Uma interpretação maximalista da disposição em apreço condenaria a Administração Pública a suspender muitas atividades que devem ser desenvolvidas. Não pode a CNE numa aplicação fundamentalista do n.º 4 do art. 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, condenar a Administração Pública a um "shut down".

Pelas razões supra expostas, concordamos com o arquivamento dos processos em apreço.» -----

O Senhor Dr. João Almeida apresentou a seguinte declaração: -----

«No processo não há eco do estudo divulgado pela comunicação social segundo o qual 69% dos portugueses são incapazes de reconhecer o nome de um único dos então deputados ao Parlamento Europeu que haviam sido candidatos e exercido a função, em regra, por cinco anos - não parece carecer de demonstração que muitos menos seriam capazes de reconhecer os candidatos. E este é um elemento essencial ao argumentário desenvolvido no douto Acórdão do TC que, em última instância, funda a alteração proposta para o entendimento desta Comissão sobre a matéria.

Por isso, dou aqui por reproduzido o essencial das declarações de voto que apresentei sempre que esta matéria esteve em discussão e que, em muito breve síntese, desenvolvem as seguintes ideias:

A liberdade de expressão não é um direito dos órgãos do Estado (no mais lato sentido) e seus titulares ou da Administração e seus agentes, enquanto tais;

O conceito de propaganda eleitoral subsume a promoção indireta das candidaturas;

A proibição de intervir na campanha eleitoral para os primeiro referidos abrange igualmente as formas indiretas de a concretizar.

Acresce que todos os eleitores identificam cada candidatura pelo seu proponente (o partido político) que, aliás, lhe confere o nome e o símbolo no boletim de voto, lhe dá a cor, a bandeira e os rostos. Do cidadão mínimo ao mediano (que o intérprete deve,

Tc/CM

sempre, ter em mente neste particular domínio sob pena de instituir, pela aplicação da lei, um regime censitário de base capacitária), todos associam os partidos proponentes a rostos concretos e próximos de detentores de alguma forma de poder sem que, em geral, conheçam os nomes dos candidatos ou os reconheçam fisicamente e, a partir de aí, identificam a sua opção – não raro perguntam pelo partido do presidente da câmara, de certo advogado ou professor ou ainda do seu médico de família, tanto para reconhecer o «partido» em que querem votar como para dizer que, nesse, não votarão nunca.

Não parece carecer de melhor demonstração a ligação entre qualquer atividade que, expressa ou implicitamente, promova um deles e a eleição que estiver em curso.» -----

O Senhor Dr. João Tiago Machado subscreveu a declaração de voto apresentada pelo Dr. João Almeida. -----

O Senhor Dr. Francisco José Martins apresentou a seguinte declaração: -----

«Votei Abstenção neste ponto da O.T., deixando nota dos seguintes fundamentos:

- 1. Não é aceitável que situações ocorridas antes do acto eleitoral para o Parlamento Europeu não tenham merecido decisão atempada e, por conseguinte, em tempo útil;*
- 2. Tal situação acontece quando, outrora e de forma reiterada e inequívoca, ocorrências da mesma natureza na RAM, mas com cidadãos identificados com força partidária diversa tenham tido um tratamento diferente e célere;*
- 3. Ocorre a agravante de as condutas reiteradas, à luz das queixas recebidas, terem repetidamente um mesmo visado – declaradamente candidato a lugar político na eleição para a RAM a ocorrer em Setembro próximo;*
- 4. Inclusivé, a intervenção de cidadão ligado a Associação Pública, na área da Saúde, - motivo de uma queixa, imediatamente corroborada por aquele nas diversas queixas, ele próprio tem declarado publicamente ser candidato a um futuro governo a sair das eleições de Setembro próximo na RAM;*
- 5. Donde, e tendo em atenção o recente Acórdão do Tribunal Constitucional, que finalmente analisou a interpretação sobre matéria eleitoral, no âmbito da lei nº 72-A/2015, sem omitir a Jurisprudência abundante já existente anteriormente, é exigível uma conduta de cidadãos com cargos públicos e no exercício desses cargos, directa ou indirectamente, conforme com os parâmetros previstos na Lei, quer no que respeita à*

Tc/le

propaganda eleitoral ou na conduta de neutralidade e imparcialidade durante os períodos eleitorais;

6. Assim sendo, e sem prejuízo de uma apreciação ao nível da interpretação eleitoral dos preceitos possa permitir objectivamente uma conclusão de não violação da Lei, existem comportamentos e condutas cuja censurabilidade ao nível dos princípios e valores democráticos não pode ficar impune.

Assim se justifica o voto de Abstenção.» -----

PE.P-PP/2019/21 - Cidadão | Presidente do Conselho Médico da Ordem na RAM | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas

«No dia 7 de março p.p., um cidadão remeteu à Comissão Nacional de Eleições uma participação relativa à partilha, na página de Paulo Cafôfo na rede social Facebook, de uma entrevista do Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira.

O Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira foi notificado para se pronunciar, alegou que a entrevista foi concedida como Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira e que «relativamente à utilização/reprodução de tal artigo por outros», desconhece e não pode «comentar nem impedir visto ter sido publicado na imprensa escrita regional e como tal ser acessível e reprodutível por qualquer cidadão.»

Através da consulta do link enviado pelo participante, verificou-se que se trata de uma partilha, na página de Paulo Cafôfo na rede social Facebook, da entrevista dada pelo Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira, publicada no Diário de Notícias no dia 6 de março p.p. A referida partilha é acompanhada pelos seguintes hashtag: #tempodemudar #PS #Madeira #PortoSanto #PauloCafôfo.

Na entrevista objeto de partilha não se vislumbram quaisquer declarações que possam ser entendidas como violação dos deveres de neutralidade e de imparcialidade, limitando-se o visado a abordar assuntos relacionados com o exercício das suas funções.

Tc/1-1

Quanto à partilha daquela entrevista, refira-se, em primeiro lugar, que Paulo Cafôfo, como cidadão, não está impedido, no âmbito do exercício da liberdade de expressão, de partilhar quaisquer conteúdos, dentro dos limites da lei.

E, tratando-se da partilha de uma notícia de um órgão de comunicação social, cujo acesso para divulgação é livre, não pode ser assacada responsabilidade ao Presidente do Conselho Médico da Região da Madeira, quanto à alegada associação deste cargo público a uma determinada candidatura.

Face ao que antecede, delibera-se arquivar o presente processo.» -----

PE.P-PP/2019/25 e 45 - Cidadão | CM Olhão | Publicidade Institucional (anúncio em jornal) e Cidadão | CM Olhão | Publicidade institucional (cartazes com anúncios de obras)

«Foram rececionadas duas participações contra a Câmara Municipal e Olhão que deram origem aos processos PE.P-PP/2019/25 e PE.P-PP/2019/45, relativas a um outdoor e a uma notícia num órgão de comunicação social.

O participante remeteu uma imagem do outdoor da qual consta a projeção de uma intervenção urbanística e as frases: 'Requalificação da Av. 5 de Outubro | Jardim Pescador Olhanense e Jar» (processo PE.P-PP/2019/45) e uma notícia sobre um evento (processo PE.P-PP/2019/25). A notícia em causa foi publicada órgão por um órgão de comunicação social.

O Presidente da Câmara Municipal de Olhão foi notificado para se pronunciar sobre o teor da participação apresentada e ofereceu resposta, alegando que se trata apenas da «identificação pública» da requalificação e que o referido outdoor foi colocado em data anterior à da publicação do decreto que fixou o dia da eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal.

O artigo 57.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, aplicável à eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal, por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de abril, consagra os deveres de neutralidade e de imparcialidade a que todas as entidades públicas estão obrigadas, com especial incidência a partir da data da publicação do decreto que marca a data das eleições, pelo

TSK

que as entidades públicas devem, no cumprimento das suas funções, ter uma posição de distanciamento face aos interesses políticos ou partidários e não devem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral nem influenciá-la por qualquer meio.

Decorrente destes deveres, a lei estabelece a proibição de publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços», durante o período que se inicia com a publicação do decreto que marque a data da eleição ou referendo e que termina com a realização do ato eleitoral ou referendário, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública (n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho).

No que diz respeito à publicidade institucional, veio o Tribunal Constitucional proferir o Acórdão n.º 254/2019, do qual importa salientar o seguinte:

- a) A questão central à qual cumpre responder é a de saber se a ação da entidade pública é suscetível de influenciar o sentido de voto dos eleitores, em cada caso, e no processo eleitoral em curso.*
- b) Nem toda a publicidade institucional se encontra abrangida pela proibição estabelecida no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.*
- c) A proibição não abrange comportamentos que em nada contribuam para associar a iniciativa oficial da entidade pública a um ato de propaganda.*
- d) No caso da publicidade que é emitida por órgãos que «não se apresentam a eleições» é necessário aferir se a mensagem em causa é suscetível de objetivamente prejudicar ou favorecer as candidaturas para a eleição em causa, ou seja, para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal.*
- e) Neste caso, serão assim afastadas as situações em que não seja de prever que influenciem o sentido de voto do eleitorado.*

Atentando no caso em apreço, os órgãos de comunicação social não estão abrangidos pela proibição da referida norma, pelo que as suas publicações, a não ser que tenham sido promovidas e objeto de pagamento autónomo por parte de uma entidade que está vinculada à proibição (o que não se afigura ser o caso), não se enquadram no conceito de publicidade institucional proibida.

TC/4

No que respeita ao outdoor, verifica-se que a entidade promotora não se apresenta a eleições no processo eleitoral em curso e que a mensagem em causa não é suscetível de, objetivamente, favorecer ou prejudicar as candidaturas à eleição do Parlamento Europeu nem de influenciar o sentido de voto do eleitorado.

Nestes termos, arquivam-se os processos PE.P-PP/2019/25 e PE.P-PP/2019/45.» -----

**PE.P-PP/2019/37 - Cidadão | CM de Penafiel e JF de Irivo |
Publicidade institucional (inauguração de obras)**

«Vem um cidadão denunciar que a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Irivo inauguraram obras – no caso o relvado sintético do Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de S. Vicente de Irivo – com a presença dos respetivos Presidentes, contrariando a proibição estabelecida no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.

Em anexo à queixa, o participante junta um printscreen contendo a partilha de uma reportagem da «Forum TV» sobre o referido evento na página da rede social Facebook da Junta de Freguesia de Irivo, tendo sido publicada nesta página no dia 11 de março de 2019, às 20h15m.

Anexou também um printscreen da página da rede social Facebook da «Forum TV» com a reportagem sobre a inauguração em causa.

Notificado para se pronunciar, o Presidente da Câmara Municipal de Penafiel alega, em síntese, que não foi a Câmara nem a Junta de Freguesia de Irivo que inauguraram a obra e que o dono da obra e anfitrião dessa inauguração é o Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de S. Vicente de Irivo.

Por seu turno, o Presidente da Junta de Freguesia de Irivo, em sede de contraditório, sustenta que a Junta de Freguesia não teve qualquer papel na realização do evento e que quem o organizou e promoveu foi a referida associação.

A reportagem em apreço, realizada pela «Forum TV» e também publicada na respetiva página da rede social Facebook em 11 de março de 2019, às 19h15m – partilhada pela Junta de Freguesia de Irivo na sua página da rede social Facebook no mesmo dia, às 20h15m - teve por objeto a inauguração do relvado sintético do Centro Social Cultural

Tc:lc
M

Desportivo e Recreativo de S. Vicente de Irivo, durante a qual são prestadas declarações pelo presidente dessa Associação, bem como pelos Presidentes das duas autarquias.

Conforme consta da nota de esclarecimento da CNE sobre publicidade institucional, de 13 de março de 2019, «(...) os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão, no desenvolvimento das suas atividades, impedidos quanto:

- à realização ou participação em eventos (conferências, assinaturas de protocolos ou inaugurações);*
- à realização de entrevistas, discursos ou a resposta a meios de comunicação social.»*

Ademais, a proibição contida no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, é dirigida aos órgãos do Estado e da Administração Pública sendo que a reportagem em questão é da autoria de um órgão de comunicação social, no âmbito da atividade jornalística, pelo que não se encontra abrangido pela norma supra referida.

No que diz respeito à publicidade institucional, veio o Tribunal Constitucional proferir o Acórdão n.º 254/2019, do qual importa salientar o seguinte:

- a) A questão central à qual cumpre responder é a de saber se a ação da entidade pública é suscetível de influenciar o sentido de voto dos eleitores, em cada caso, e no processo eleitoral em curso.*
- b) Nem toda a publicidade institucional se encontra abrangida pela proibição estabelecida no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.*
- c) A proibição não abrange comportamentos que em nada contribuam para associar a iniciativa oficial da entidade pública a um ato de propaganda.*
- d) No caso da publicidade que é emitida por órgãos que «não se apresentam a eleições» é necessário aferir se a mensagem em causa é suscetível de objetivamente prejudicar ou favorecer as candidaturas para a eleição em causa, ou seja, para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal.*
- e) Neste caso, serão assim afastadas as situações em que não seja de prever que influenciem o sentido de voto do eleitorado.*

Tc/c-1

Visualizada a reportagem em apreço, não se vislumbra que declarações proferidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Penafiel e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Irivo extravasem os deveres de neutralidade e imparcialidade a que os órgãos da administração pública – bem como os seus titulares –, se encontram especialmente adstritos em período eleitoral, nos termos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, aplicável à eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de abril.

Face ao exposto, delibera-se o arquivamento do presente processo, tanto mais que as ações em causa não são suscetíveis de, objetivamente, favorecer ou prejudicar as candidaturas à eleição do Parlamento Europeu nem de influenciar o sentido de voto do eleitorado.» -----

PE.P-PP/2019/47 - Cidadão | CM Gondomar | Publicidade institucional (publicação no Facebook)

«Vem uma cidadã denunciar que o Presidente da Câmara Municipal de Gondomar decidiu publicitar uma obra «(...) dizendo, em súmula, que nada pode dizer por causa da “lei da rolha”».

Notificado para se pronunciar, vem o Presidente da Câmara Municipal de Gondomar alegar, em síntese, que não se pode extrair da mensagem escrita a prática de qualquer ato de divulgação promocional. Para além disso, esta publicação não está referenciada ao órgão executivo do município, ou seja, à Câmara Municipal.

Por último, defende que «(...) que nenhuma motivação publicitária, propagandística ou promocional presidiu, do ponto de vista subjetivo, à publicidade em questão, assim como nenhum elemento, objetivamente imputável, decorre da mesma que possa associar-se a essa [intenção] (...).»

Analisada a imagem em causa, constata-se que a mesma foi publicada no dia 12 de março, na página pessoal do cidadão na rede social Facebook. Nessa imagem consta o seguinte texto: «Infelizmente a LEI DA ROLHA aprovada em 2015 pela maioria PSD/CDS e agora imposta e extrapolada pela Comissão Nacional de Eleições, impedem-

Tcl

me de informar os Gondomarenses e explicar o que é isto...», acompanhada da imagem de uma obra em curso.

Como referido, a publicação ora em análise foi efetuada na página pessoal do cidadão na rede social Facebook, afigurando-se que aquela não integra os elementos que consubstanciam a «publicidade institucional» das entidades públicas, pelo que se delibera o arquivamento do presente processo.» -----

**PE.P-PP/2019/56 - Cidadão | CM Vizela | Publicidade institucional
(página oficial na Internet)**

«Vem um cidadão apresentar uma queixa contra a Câmara Municipal de Vizela por realização de publicidade institucional proibida na página oficial da autarquia na Internet.

Notificado para se pronunciar, vem o Presidente da Câmara Municipal de Vizela, citando a nota Informativa da CNE sobre publicidade institucional, de 6 de março p.p. alegar, em síntese, que foi «(...) eleito numa lista independente, denominada Movimento “Vizela Sempre”, encontrando-se totalmente apartado da eleição dos deputados para o Parlamento Europeu, não contribuindo, de forma alguma, para o desequilíbrio das candidaturas para a referida eleição.» pelo que a sua conduta em nada afeta as eleições para o Parlamento Europeu.

Mais sustenta que o Município de Vizela se limitou a comunicar na sua página eletrónica a realização de determinados eventos, por forma a divulgá-los junto do público local.

Defende, também, que o Movimento “Vizela Sempre” não tem qualquer candidato para as eleições do Parlamento Europeu.

Alega o visado que nenhuma das comunicações alvo da participação configura publicidade institucional, com base nas exceções constantes da citada Nota Informativa, tratando-se apenas de comunicações informativas sem carácter promocional, publicitando atividades de natureza cultural.

Tc/4

Ressalva, ainda, que as obras a que se refere a comunicação de 9 de março não se encontram a cargo do Município, mas sim da União de Freguesias de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João).

As publicações alvo de queixa, visualizadas na presente data, encontram-se publicadas no sítio oficial da Internet da Câmara Municipal de Vizela, agrupando-as da seguinte forma:

- 1 - Câmara assinala Dia Internacional da Mulher (7 de março de 2019);*
- 2 - Câmara assinalou Dia Internacional da Mulher com exposição e distribuição de postais (9 de março de 2019);*
- 3 - Trânsito condicionado de 9 a 19 de março (8 de março de 2019);*
- 4 - Câmara apresentou candidatura do Bolinhol às 7 Maravilhas Doces de Portugal (8 de março de 2019)*
- 5 - Executivo apresentou monumentos de homenagem ao Povo de Vizela e a Manuel Campelos (11 de março de 2019)*
- 6 - Executivo visita obras dos monumentos de homenagem ao Povo de Vizela e a Manuel Campelos (8 de março de 2019)*
- 7 - Câmara inaugura monumentos de homenagem ao Povo de Vizela e a Manuel Campelos (1 de março de 2019)*
- 8 - Iniciou Semana Concelhia de Leitura (11 de março de 2019)*
- 9 - Iniciaram obras no Parque das Termas (9 de março de 2019)*
- 10 - Executivo visita Jardim de Infância de S. Paio (8 de março de 2019)*
- 11 - Câmara instalou luminárias LED no Jardim Manuel Faria (6 de março de 2019)*

O artigo 57.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, aplicável à eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal, por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de abril, consagra os deveres de neutralidade e de imparcialidade a que todas as entidades públicas estão obrigadas, com especial incidência a partir da data da publicação do decreto que marca a data das eleições, pelo que as entidades públicas devem, no cumprimento das suas funções, ter uma posição de

Tick ✓

distanciamento face aos interesses políticos ou partidários e não devem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral nem influenciá-la por qualquer meio.

Decorrente destes deveres, a lei estabelece a proibição de publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços», durante o período que se inicia com a publicação do decreto que marque a data da eleição ou referendo e que termina com a realização do ato eleitoral ou referendário, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública (n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho).

No que diz respeito à publicidade institucional, veio o Tribunal Constitucional proferir o Acórdão n.º 254/2019, do qual importa salientar o seguinte:

- a) A questão central à qual cumpre responder é a de saber se a ação da entidade pública é suscetível de influenciar o sentido de voto dos eleitores, em cada caso, e no processo eleitoral em curso.*
- b) Nem toda a publicidade institucional se encontra abrangida pela proibição estabelecida no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.*
- c) A proibição não abrange comportamentos que em nada contribuam para associar a iniciativa oficial da entidade pública a um ato de propaganda.*
- d) No caso da publicidade que é emitida por órgãos que «não se apresentam a eleições» é necessário aferir se a mensagem em causa é suscetível de objetivamente prejudicar ou favorecer as candidaturas para a eleição em causa, ou seja, para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal.*
- e) Neste caso, serão assim afastadas as situações em que não seja de prever que influenciem o sentido de voto do eleitorado.*

A entidade promotora não se apresenta a eleições no processo eleitoral e as mensagens transmitidas não são suscetíveis de, objetivamente, favorecer ou prejudicar as candidaturas à eleição do Parlamento Europeu nem de influenciar o sentido de voto do eleitorado.

Face ao que antecede, delibera-se o arquivamento do presente processo.» -----

Tc: / -

PE.P-PP/2019/57, 65 e 67 - Cidadãos | CM Seixal | publicidade institucional (cartazes e folheto)

«Três cidadãos dirigiram participações à Comissão Nacional de Eleições contra a Câmara Municipal do Seixal, por alegada publicidade institucional proibida.

Nos casos em apreço, estavam em causa outdoors e a distribuição de um folheto colocado nas caixas de correio dos munícipes.

Quanto aos outdoors, vem o Presidente da Câmara Municipal do Seixal alegar que, tal como reconhece o participante, os outdoors encontravam-se colocados antes da publicação do Decreto que fixou a data da eleição. Contudo, limita-se a defender que, quanto ao outdoor sobre “Futuro equipamento integrado para idosos”, se trata de uma «tomada de posição da Câmara Municipal do Seixal, em conjunto com a sociedade civil e demais entidades locais, sobre reivindicações pela necessidade de resposta de serviço público em áreas estruturantes do Município, no âmbito das atribuições e competências do Poder Central, pelo que não está em causa nenhuma suposta vantagem ou benefício para alguma candidatura». No que diz respeito à distribuição do referido folheto, o Presidente da Câmara contestou os factos alegados pelo participante, negando que aquele contenha publicidade institucional proibida.

Os outdoors em causa no processo contêm as seguintes menções: «TRABALHAMOS PARA SI!»; «TERRENO CEDIDO PELA CÂMARA»; «AGUARDA FINANCIAMENTO DO GOVERNO». O folheto produzido e distribuído pela Câmara Municipal do Seixal publicita obras, concluídas, em curso ou ainda em fase de projeto.

O artigo 57.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, aplicável à eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal, por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de abril, consagra os deveres de neutralidade e de imparcialidade a que todas as entidades públicas estão obrigadas, com especial incidência a partir da data da publicação do decreto que marca a data das eleições, pelo que as entidades públicas devem, no cumprimento das suas funções, ter uma posição de distanciamento face aos interesses políticos ou partidários e não devem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral nem influenciá-la por qualquer meio.

Tribunal

Decorrente destes deveres, a lei estabelece a proibição de publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços», durante o período que se inicia com a publicação do decreto que marque a data da eleição ou referendo e que termina com a realização do ato eleitoral ou referendário, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública (n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho).

No que diz respeito à publicidade institucional, veio o Tribunal Constitucional proferir o Acórdão n.º 254/2019, do qual importa salientar o seguinte:

- a) A questão central à qual cumpre responder é a de saber se a ação da entidade pública é suscetível de influenciar o sentido de voto dos eleitores, em cada caso, e no processo eleitoral em curso.*
- b) Nem toda a publicidade institucional se encontra abrangida pela proibição estabelecida no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.*
- c) A proibição não abrange comportamentos que em nada contribuam para associar a iniciativa oficial da entidade pública a um ato de propaganda.*
- d) No caso da publicidade que é emitida por órgãos que «não se apresentam a eleições» é necessário aferir se a mensagem em causa é suscetível de objetivamente prejudicar ou favorecer as candidaturas para a eleição em causa, ou seja, para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal.*
- e) Neste caso, serão assim afastadas as situações em que não seja de prever que influenciem o sentido de voto do eleitorado.*

A entidade promotora não se apresenta a eleições no processo eleitoral e as mensagens transmitidas não são suscetíveis de, objetivamente, favorecer ou prejudicar as candidaturas à eleição do Parlamento Europeu nem de influenciar o sentido de voto do eleitorado.

Face ao que antecede, delibera-se o arquivamento do presente processo.» -----

**PE.P-PP/2019/58 - Cidadã | CM Lisboa | Publicidade institucional
(folheto "Viver Melhor Lisboa")**

Tc/4

«Vem uma cidadã apresentar queixa contra a Câmara Municipal de Lisboa por, em síntese, ter recebido na caixa de correio, durante a noite ou madrugada do dia 13 de março de 2019, um folheto intitulado “Viver Melhor Lisboa”, anunciando a requalificação de algumas zonas da freguesia de Carnide. Alega o seguinte: «Anunciam-se 4 fases de intervenção mas nenhuma delas aparece associada a qualquer data ou prazo para início ou conclusão» e que este Projeto foi aprovado em Orçamento Participativo há muitos anos atrás (2012/2014).

Refere, ainda, que o folheto termina dizendo: «Estamos a construir uma cidade mais amiga das pessoas».

Notificada para se pronunciar, a Câmara Municipal de Lisboa, alegou, em síntese, que a obra respeita a um projeto do Orçamento Participativo de 2014, explicitando os motivos pelos quais a obra vai ter início apenas agora, tendo informado os munícipes «(...) de que estão, finalmente, reunidas as condições necessárias para o início da obra.»

O artigo 57.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, aplicável à eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal, por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de abril, consagra os deveres de neutralidade e de imparcialidade a que todas as entidades públicas estão obrigadas, com especial incidência a partir da data da publicação do decreto que marca a data das eleições, pelo que as entidades públicas devem, no cumprimento das suas funções, ter uma posição de distanciamento face aos interesses políticos ou partidários e não devem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral nem influenciá-la por qualquer meio.

Decorrente destes deveres, a lei estabelece a proibição de publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços», durante o período que se inicia com a publicação do decreto que marque a data da eleição ou referendo e que termina com a realização do ato eleitoral ou referendário, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública (n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho).

No que diz respeito à publicidade institucional, veio o Tribunal Constitucional proferir o Acórdão n.º 254/2019, do qual importa salientar o seguinte:

Te/

- a) A questão central à qual cumpre responder é a de saber se a ação da entidade pública é suscetível de influenciar o sentido de voto dos eleitores, em cada caso, e no processo eleitoral em curso.*
- b) Nem toda a publicidade institucional se encontra abrangida pela proibição estabelecida no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.*
- c) A proibição não abrange comportamentos que em nada contribuam para associar a iniciativa oficial da entidade pública a um ato de propaganda.*
- d) No caso da publicidade que é emitida por órgãos que «não se apresentam a eleições» é necessário aferir se a mensagem em causa é suscetível de objetivamente prejudicar ou favorecer as candidaturas para a eleição em causa, ou seja, para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal.*
- e) Neste caso, serão assim afastadas as situações em que não seja de prever que influenciem o sentido de voto do eleitorado.*

A entidade promotora não se apresenta a eleições no processo eleitoral e as mensagens transmitidas não são suscetíveis de, objetivamente, favorecer ou prejudicar as candidaturas à eleição do Parlamento Europeu nem de influenciar o sentido de voto do eleitorado.

Face ao que antecede, delibera-se o arquivamento do presente processo.»

PE.P-PP/2019/71 - Cidadão | CM Sintra | Publicidade Institucional (outdoors)

PE.P-PP/2019/74 - Cidadão | Presidente CM Sintra | Publicidade institucional (publicações no site da CM)

«Foram rececionadas duas participações contra a Câmara Municipal de Sintra que deram origem aos processos PE.P-PP/2019/71 e PE.P-PP/2019/74. As participações em causa incidem sobre duas publicações no sítio oficial da Câmara Municipal na Internet e sobre cinco outdoors do mesmo órgão autárquico.

Tc/c-1

As imagens enviadas pelo participante identificam seis outdoors imagens das obras que se pretendem realizar e o slogan que é comum a todos – Construámos um melhor município para si .

No outdoor colocado na Avenida Almirante Gago Coutinho, relativo à requalificação da Avenida Chaby Pinheiro e envolventes, figuram como elementos preponderantes a frase mais qualidade de vida em Mem Martins e as imagens da referida requalificação.

No outdoor relativo à construção do centro de saúde de Algueirão-Mem Martins figura como elemento central do mesmo a imagem da obra projetada, a data de início da obra e o montante do investimento. No mesmo outdoor encontra-se também a frase Um melhor Município.

Atentando nos elementos do processo PE.P-PP/2019/71:

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra foi notificado para se pronunciar sobre o teor da participação e ofereceu resposta, alegando, no essencial, o seguinte:

- a) Que os outdoors em causa «destinam-se a informar as populações sobre os projetos e iniciativas em apreço [...] de modo a que as populações possam programar as suas opções de vida em função do investimento público e, acima de tudo, adoptar os seus procedimentos quotidianos à luz de tal enquadramento.*
- b) Que «atendendo à data da afixação dos meios e ao seu conteúdo, os mesmos não assumem, assim, qualquer natureza eleitoral ou de propaganda, visando unicamente informar as populações».*
- c) Que a ação desenvolvida pela Câmara Municipal de Sintra «está muito longe de influenciar o sentido de voto para o Parlamento Europeu, nem sequer a Câmara Municipal de Sintra tem qualquer eleito que concorra a esse acto eleitoral».*

Resulta da resposta oferecida que o visado não questiona que os referidos outdoors tenham sido colocados nos locais indicados pelo participante e que os mesmos não pertençam à Câmara Municipal de Sintra.

Atentando no processo PE.P-PP/2019/74:

Tc/c

No âmbito do processo PE.P-PP/2019/74, o Presidente da Câmara Municipal de ~~Sintra~~ ofereceu resposta, aleando, no essencial o seguinte:

- a) Que a comunicação que se encontra no sítio da Câmara Municipal de Sintra na Internet é apenas uma comunicação destinada a «informar a população, não contendo qualquer cunho eleitoralista ou de propaganda, porquanto visam unicamente informar as populações, de modo a que estas possa programar as suas opções de vida em função do investimento público e, acima de tudo, adoptar os seus procedimento quotidianos à luz de tal enquadramento».
- b) Que a comunicação sobre a inauguração do parque infantil era essencial para «dar conhecimento da abertura desse equipamento ao público, de modo a que o mesmo possa ser fruído em plenitude tanto pelos munícipes quanto possível».
- c) Que a ação desenvolvida pelo órgão autárquico está «muito longe de influenciar o sentido de voto para o Parlamento Europeu, nem sequer a Câmara Municipal de Sintra tem qualquer eleito que concorra a esse acto eleitoral».

O artigo 57.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, aplicável à eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal, por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de abril, consagra os deveres de neutralidade e de imparcialidade a que todas as entidades públicas estão obrigadas, com especial incidência a partir da data da publicação do decreto que marca a data das eleições, pelo que as entidades públicas devem, no cumprimento das suas funções, ter uma posição de distanciamento face aos interesses políticos ou partidários e não devem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral nem influenciá-la por qualquer meio.

Decorrente destes deveres, a lei estabelece a proibição de publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços», durante o período que se inicia com a publicação do decreto que marque a data da eleição ou referendo e que termina com a realização do ato eleitoral ou referendário, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública (n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho).

Tc/4

No que diz respeito à publicidade institucional, veio o Tribunal Constitucional proferir o Acórdão n.º 254/2019, do qual importa salientar o seguinte:

- a) A questão central à qual cumpre responder é a de saber se a ação da entidade pública é suscetível de influenciar o sentido de voto dos eleitores, em cada caso, e no processo eleitoral em curso.
- b) Nem toda a publicidade institucional se encontra abrangida pela proibição estabelecida no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.
- c) A proibição não abrange comportamentos que em nada contribuam para associar a iniciativa oficial da entidade pública a um ato de propaganda.
- d) No caso da publicidade que é emitida por órgãos que «não se apresentam a eleições» é necessário aferir se a mensagem em causa é suscetível de objetivamente prejudicar ou favorecer as candidaturas para a eleição em causa, ou seja, para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal.
- e) Neste caso, serão assim afastadas as situações em que não seja de prever que influenciem o sentido de voto do eleitorado.

A entidade promotora não se apresenta a eleições no processo eleitoral e as mensagens transmitidas não são suscetíveis de, objetivamente, favorecer ou prejudicar as candidaturas à eleição do Parlamento Europeu nem de influenciar o sentido de voto do eleitorado.

Face ao que antecede, delibera-se o arquivamento dos processos PE.P-PP/2019/71 e PE.P-PP/2019/74.» -----

PE.P-PP/2019/83 - Cidadã | Vereadora CM de Elvas | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas (publicação no Facebook)

«Vem uma cidadã apresentar uma participação contra uma Vereadora da Câmara Municipal de Elvas, por entender que a mesma violou os deveres de neutralidade e imparcialidade a que os eleitos estão obrigados, através de uma publicação na página do Facebook da qual remeteu o respetivo link.

T: /

Notificada para se pronunciar, a visada refutou a participação, alegando que a publicação efetuada não configura um ato de propaganda eleitoral, tratando-se apenas e só uma contestação de um facto.

Alegou, ainda, em síntese, que se tratou do exercício do direito de liberdade de expressão e de informação, ao abrigo do disposto no artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa, sustentando também que «estes dados são públicos uma vez que constam do site da câmara municipal em questão.»

Refere, também, que «não havendo eleições para o poder local, porquanto não estão em causa eleições autárquicas, não há candidaturas, não colhe o argumento de parcialidade, subjetividade ou prejuízo de qualquer candidato».

Por último, defende que «(...) que nenhuma motivação publicitária, propagandística ou promocional presidiu, do ponto de vista subjetivo, à publicidade em questão, assim como nenhum elemento, objetivamente imputável, decorre da mesma que possa associar-se a essa [intenção] (...)»

Analizada a publicação em causa, constata-se que a mesma foi publicada no dia 13 de março, na página pessoal da cidadã na rede social Facebook. Dessa publicação consta o seguinte texto: «ELVENSES, VEM AÍ MAIS UM AUMENTO DA ÁGUA. Foi hoje aprovado, pela maioria PS, um aumento de 3,33% da tarifa da água.

Quem é que consegue entender esta política que se diz socialista?

Em 2008 quando foi prevista a concessão da água, num contrato a 30 anos, estipulou-se que o aumento nunca seria superior à taxa determinada pelo Instituto Nacional de Estatística.

Vamos lá aceitar este aumento brutal!

Alguém aguenta?»

Dos elementos do processo não se afigura a existência de indícios que consubstanciem a prática do crime de violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade, previsto e punido pelo artigo 129.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio.

T-1/2

Não obstante, cumpre informar que apesar de não estarem em causa eleições para o poder local, conforme alegado, os órgãos das autarquias locais (assim como as demais entidades públicas) e respetivos titulares, nessa qualidade, estão impedidos de intervir na disputa eleitoral, em benefício ou em detrimento de determinada candidatura, seus proponentes ou candidatos, conforme decorre do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio.» -----

PE.P-PP/2019/84 - Cidadão | Presidente JF Carnide | Publicidade institucional e neutralidade e imparcialidade das entidades públicas (publicações no Instagram e Facebook)

«Vem um cidadão apresentar queixa contra o Presidente da Junta de Freguesia de Carnide por realização de publicidade institucional na página da rede social Facebook.

Notificado para se pronunciar sobre os factos participados, não foi apresentada, até à presente data, resposta pelo visado.

As publicações alvo de queixa (a que se reporta o link mencionado na participação) encontram-se publicadas na página da rede social Facebook do cidadão, visualizadas na presente data, resumem-se da seguinte forma:

- Publicação de domingo (10-03-2019) às 21:05, com o título "Em Carnide..." encimando uma imagem do lavadouro de Carnide e o seguinte título do site NIT.PT "O lavadouro de Carnide, em Lisboa, vai ter um espetáculo interativo."
- Publicação de domingo (07-03-2019) às 18:45, com o seguinte texto: "Não tem sido fácil mas... Há dias felizes! Depois de tanta luta dos moradores da Quinta dos Inglesinhos está em curso a demolição do "Barracão de Telheiras" - termo muito utilizado pelos moradores - onde o promotor queria criar construir campos de Padel. Estivemos desde a primeira hora ao lado das Pessoas numa luta constante que nunca abandonámos..."
- Publicação de 26-02-2019 às 13:34, com o seguinte texto: "Em directo na TSF... Projecto da Feira Popular de Lisboa em Carnide".
- Publicação de 26-02-2019 às 12:11, com o seguinte texto: "A reunir com a Universidade Europeia..."

Tc/k

- Publicação de 26-02-2019 às 11:00, com o seguinte texto: *"Dia a dia... Mais uma melhoria!*

Nas traseiras da Praça Rocha Martins começa a nascer o tão reivindicado caminho pedonal acessível a todos com iluminação pública, zonas verdes mais consistentes e com mais dignidade..."

- Publicação de 21-02-2019 às 12:03, com o seguinte texto: *"Uma memória que tem um ano... Uma luta que não abandonamos mas... Não tem sido fácil! Porque a nossa história também se faz das nossas fragilidades e dos nossos desafios diários. Vamos continuar..."*

Esta publicação traz à colação um post de há um ano atrás de (21-02-2018) com o seguinte texto: "NSTALAÇÃO DE MULTIBANCO NA QUINTA DA LUZ

Um início de tarde em mais uma reunião de negociação para instalação de Multibanco na Quinta da Luz... Porque o nosso trabalho também se faz de tentativas atrás de tentativas, muitas das vezes, sem resultados imediatos... Continuámos... Continuamos... Continuaremos!"

- Publicação de 19-02-2019 às 22:47, com o seguinte texto: *"Dia a dia... Mais uma melhoria!*

Mais uma vitória. Valeu a pena lutar até ao fim. No passado dia 1 de Fevereiro mobilizámos Carnide - já depois de termos tentado tudo! - e 19 dias depois FINALMENTE a Câmara Municipal de Lisboa deu resposta. Onde não existia passagem de peões com segurança passamos a ter um local de travessia, semaforizado e com rebaixamento para cadeiras de rodas (entre outras especificidades...) e guias de encaminhamento assim como sinal sonoro para invisuais... Juntos vamos continuar a construir mais e melhor Carnide!"

Em todas as publicações visualizadas consta o hashtag #jfcarnide, o qual remete para a página oficial da Junta de Freguesia de Carnide na rede social Facebook.

O artigo 57.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, aplicável à eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal, por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de abril, consagra os deveres de neutralidade e de imparcialidade a que todas as entidades públicas estão obrigadas, com especial

Tc 1-1

incidência a partir da data da publicação do decreto que marca a data das eleições, pelo que as entidades públicas devem, no cumprimento das suas funções, ter uma posição de distanciamento face aos interesses políticos ou partidários e não devem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral nem influenciá-la por qualquer meio.

No que diz respeito à publicidade institucional, veio o Tribunal Constitucional proferir o Acórdão n.º 254/2019, do qual importa salientar o seguinte:

a) A questão central à qual cumpre responder é a de saber se a ação da entidade pública é suscetível de influenciar o sentido de voto dos eleitores, em cada caso, e no processo eleitoral em curso.

b) Nem toda a publicidade institucional se encontra abrangida pela proibição estabelecida no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.

c) A proibição não abrange comportamentos que em nada contribuam para associar a iniciativa oficial da entidade pública a um ato de propaganda.

d) No caso da publicidade que é emitida por órgãos que «não se apresentam a eleições» é necessário aferir se a mensagem em causa é suscetível de objetivamente prejudicar ou favorecer as candidaturas para a eleição em causa, ou seja, para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos em Portugal.

e) Neste caso, serão assim afastadas as situações em que não seja de prever que influenciem o sentido de voto do eleitorado.

A ação em causa não é suscetível de, objetivamente, favorecer ou prejudicar as candidaturas à eleição do Parlamento Europeu nem de influenciar o sentido de voto do eleitorado.

Face ao que antecede, delibera-se o arquivamento do processo.» -----

**PE.P-PP/2019/87 - Cidadão | JF Baixa da Banheira e Vale da Amoreira
| Publicidade institucional (Facebook)**

«Um cidadão remeteu à Comissão Nacional de Eleições uma participação contra a Junta da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira. A participação dizia respeito a uma publicação na página daquele órgão autárquico na rede social Facebook,